

**REQUERIMENTO Nº..... , de 2015
(Do Sr. LUIZ CARLOS HAULY)**

Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs. 2290, de 2015 com o PL nº 7467, de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 7467, de 2010, sob a minha relatoria na Comissão de Finanças e Tributação, que tem por Ementa “Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico”.

Ocorre que o PL 2290, de 2015, originário do Senado Federal que “... Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb), com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de

créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)”, trata de matéria análoga, conforme estabelece o Regimento Interno.

Assim, requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das proposições, com a precedência do PL 7467, de 2010, por ser mais antigo.

Sala das Sessões, de junho de 2015.

LUIZ CARLOS HAULY
Deputado Federal – PSDB/PR